OMR
Observatório do Meio Rural

OBSERVADOR RURAL
Nº 169
Setembro 2026

O CICLO VICIOSO DA VIOLÊNCIA PÓS-ELEITORAL – UMA ANÁLISE DOS CONFRONTOS ENTRE OS MANIFESTANTES E UNIDADES DA POLÍCIA, APÓS AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E LEGISLATIVAS DE 2024

João Feijó e Rita Chiúre

O documento de trabalho *(Working Paper) OBSERVADOR RURAL* é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não-periódica acedível em Publicações/*OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR (www.omrmz.org).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente a investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR, e pode incluir trabalhos para publicação propostos por cidadãos externos ao OMR, nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito, o Observatório do Meio Rural, nem os seus parceiros ou patrocinadores.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do document.

O CICLO VICIOSO DA VIOLÊNCIA PÓS-ELEITORAL – UMA ANÁLISE DOS CONFRONTOS ENTRE OS MANIFESTANTES E UNIDADES DA POLÍCIA, APÓS AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E LEGISLATIVAS DE 2024

João Feijó e Rita Chiúre

RESUMO

Neste texto pretende-se descrever os padrões de violência vigentes durante o período pós-eleitoral de 2024. Argumenta-se que a limitação dos espaços de protesto social por parte das autoridades, frequentemente de forma violenta e desproporcional, despoletou agressividade das populações, desencadeando um ciclo vicioso de intolerância e de agressividade que atingiu o clímax, paradoxalmente, na quadra natalícia. Capitalizando politicamente problemas estruturais de exclusão político-económica, o líder da oposição Venâncio Mondlane incentivou a desobediência civil e o protesto das populações provocando o caos generalizado. Por sua vez, a reacção das autoridades foi marcada pela arrogância e pela crescente violência em relação aos manifestantes, despoletando nas ruas a ira popular e sentimentos de vingança. A destruição dos símbolos de poder, o linchamento de agentes da autoridade e as pilhagens constituíram acções de retaliação em relação à intransigência e violência governamental. Se a proclamação da Lei de Talião ou a reorganização dos *naparamas* foram entendidos pelas autoridades como acções "*terroristas*", "*violentas*" ou "*criminosas*", a verdade é que funcionaram como mecanismos de autodefesa dos cidadãos perante a brutalidade das autoridades. A violência estrutural pós-eleitoral provocou inúmeras feridas no tecido social, exigindo uma investigação isenta e independente dos factos e reparação das vítimas. A reconstrução da paz implica a coragem política para identificar os vários responsáveis, independentemente das simpatias partidárias, amnistias e posterior reforma nos mecanismos geradores de violência pós-eleitoral. A condenação selectiva de actores políticos, com vista à eliminação de futuros adversários eleitorais, apenas reproduzirá o ciclo vicioso do conflito.

INTRODUÇÃO

Moçambique constituiu um território marcado pela violência, com registos históricos de uma grande brutalidade do Estado sobre a população, que não foi interrompida com a independência de Moçambique. Ao longo da história, as esferas de participação da população foram bastante limitadas, fortemente condicionadas ao alinhamento às ideias dominantes. Na sequência de um sangrento conflito interno, a Constituição de 1990 veio a reconhecer um conjunto de direitos fundamentais das populações desencadeando tentativas de democratização da sociedade, mas que colidem com uma longa tradição de autoritarismo por parte dos agentes públicos. Num contexto de pobreza generalizada, de anomia social e de reduzidas oportunidades de participação, os períodos eleitorais em Moçambique emergem como cenários de festa e de catarse. Em vez de promoverem um debate informado e construtivo, as campanhas eleitorais constituem períodos de

concentração e de manipulação de massas, num processo marcado pela intolerância e exclusão dos adversários. Por outro lado, num cenário de partidarização das instituições, os escrutínios eleitorais são marcados pela desconfiança nas várias etapas do processo, desde o recenseamento eleitoral, até à validação dos resultados pelo Conselho Constitucional. Foi neste contexto que, entre Outubro de 2024 e Janeiro de 2025, se verificaram os conflitos pós-eleitorais mais violentos de que há memória em Moçambique, saldando-se em centenas de mortos e feridos, entre civis e elementos das forças de defesa e segurança.

Depois de contextualizar, historicamente, as reacções do Estado em relação a iniciativas de protesto social, o texto descreve o ciclo vicioso da violência decorrida durante o conturbado período, compreendido entre Outubro de 2024 e Janeiro de 2025. O texto demonstra que, num cenário de descontentamento generalizado, a limitação dos espaços de participação e a reacção desproporcionalmente violenta das autoridades despoletaram a ira popular, a vandalização de símbolos de poder político e económico, assim como atitudes de vingança para com as autoridades.

1. PROTESTO SOCIAL E VIOLÊNCIA DO ESTADO EM MOÇAMBIQUE

A literatura mostra que a história de Moçambique constitui a história da violência do Estado sobre a população. Ao longo da primeira metade do séc. XX, o excesso de autoridade do governo central foi particularmente visível no campo da política de trabalho. A ausência de capitais para o desenvolvimento foi colmatada com um aumento do rigor do sistema trabalho, de forma a concretizar os planos económicos coloniais. O Estado colonial instituiu sistemas de trabalho obrigatório (vulgo *chibalo*) em obras públicas ou plantações, em troca de alimentação ou de valores simbólicos. Paralelamente, milhões de camponeses foram envolvidos em sistemas de culturas obrigatórias, sobretudo de algodão, responsável pelo empobrecimento de camponeses (Isaacman, 1980). A desobediência ou incumprimento de metas de produção implicava o cumprimento de *chibalo*. Os castigos corporais constituíam parte integrante de um severo controlo social dos trabalhadores, fomentando um clima de medo e de disciplina entre os trabalhadoresi africanos[1] (Penvenne 1993: 168). Este tipo de sanções era legitimado pelo próprio Governador-Geral de Moçambique[2]. A modernização da administração pública e o melhoramento da sua eficácia conduzia ao desenvolvimento de uma imagem negativa do Estado, composto por uma "*classe depredatória*", detentora de mecanismos violentos de fiscalização n(Newitt, 1995: 396).

[1] De acordo com Jeanne Penvenne (1993: 168), entre 1953 e 1957, só em Lourenço Marques, quase 1000 empregados domésticos sofreram castigos corporais, com diversos graus de severidade, nas sedes dos serviços municipais. As ofensas variavam desde partir uma chávena de chá ou queimar um lençol a passar a ferro, até à «desobediência» ou «má criação». De acordo com a autora, entre 1950 e 1962, cerca de 5% de toda a força de trabalho registada na cidade terá apanhado pelo menos um castigo de palmatória.

[2] Tristão de Bettencourt (citado por Penvenne, 1993: 162), Governador-Geral de Moçambique na década de 1940, considerava que "*uma repreensão instrutiva, bem orientada e dirigida por um critério mais formativo do que repressivo* (…) *melhorará até certo ponto a conduta do nativo, tornando-o mais adaptável ao serviço e à convivência íntima com famílias europeias*".

O regime fascista proibiu o direito à greve e à sindicalização. Os poucos movimentos grevistas – como na açucareira de Xinavane na província de Maputo (1954), no caminho-de-ferro e porto de Lourenço Marques (1947 e 1949) ou na pedreira de Goba (1954) – foram violentamente reprimidos pelas autoridades. Os respectivos cabecilhas receberam como sentença o desterro para São Tomé ou o cumprimento de trabalho forçado em obras públicas (Hedges, 1999: 24-217). O desterro e os trabalhos forçados estiveram entre as sanções previstas sobre aqueles que contestassem a autoridade colonial (Zamparoni, 2004). Reivindicações públicas por condições mais benéficas de produção de algodão (como em Mueda, em 1960) foram brutalmente reprimidas a tiro, sob ordens do governador da província, traduzindo-se em dezenas de mortos (Hedges, 1999: 241-243; Borges Coelho, 1993; Cahen, 1999; Israel, 2017).

O governo implementou um rigoroso controlo da mobilidade da população negra, expresso na instituição e fiscalização constante de cadernetas de indígena, nas ruas ou em rusgas nocturnas (Hedges, 1999: 100). O regime fascista limitou a liberdade de expressão e de associação e instituiu a censura prévia na imprensa.

Na década de 1950 foi implementada a polícia política em Moçambique, criando uma complexa rede de informadores e perseguindo nacionalistas africanos (MacQueen, 1997: 14; Iglésias, 2021). Agentes da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) foram responsáveis pela realização de rusgas nocturnas nos bairros periféricos, detenções sem julgamento até 180 dias, traduzindo-se num aumento do número de prisões, de torturas e interrogatórios. Criaram-se secções prisionais para presos políticos – como a Cadeia da Machava ou a fortaleza de Ibo (Bonate, 2013) – onde faleceram dezenas de encarcerados (Mateus, 2004: 108).

O início da luta de libertação traduziu-se no aumento da violência do Estado sobre as populações, particularmente no Norte e Centro de Moçambique, com inúmeras detenções e assassinato de suspeitos de colaboração. O exército colonial realizou diversos massacres sobre populações, com destaque para Inhaminga (Martens *et al.*, 1974) ou Wiriamo (Dhada, 2016).

De forma a evitar a exposição dos camponeses ao contacto com guerrilheiros da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), providenciando apoio logístico e informações, o exército colonial promoveu a deslocação forçada de milhares de indivíduos dispersos, concentrando-os em aldeamentos, particularmente em Cabo Delgado (Adam, 1993) e Niassa e, mais tarde, na província de Tete (Borges Coelho, 1993). As populações só eram autorizadas a cultivar em redor do aldeamento e em horários rigorosos, sob risco de punição.

A independência de Moçambique não interrompeu a brutalidade do Estado sobre a população. Em Novembro de 1974, ainda durante o governo de transição, soldados das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM) protagonizaram a designada "Operação Limpeza" (Chiúre, 2020). Tratou-se da detenção e deslocação forçada para a

província do Niassa de centenas de mulheres, residentes nas principais cidades do país, suspeitas de prostituição, sem julgamento. No período pós-independência foram instituídos dezenas de campos de reeducação, para onde eram enviados indivíduos considerados "sabotadores", "marginais", "inimigos da revolução" ou com "hábitos coloniais". As listas de deportados incluem dissidentes da Frelimo, régulos, feiticeiros, estudantes considerados subversivos, Testemunhas de Jeová, mães solteiras ou prostitutas, entre outros (Pinto de Sá, 1995; Ncomo, 2003; Thomaz, 2008). Os campos de reeducação, constituíram espaços de encarceramento e de trabalho forçado, de privação severa e austeridade, de punição moral e humilhação, mas também de tortura e tratamento degradante (Machava, 2019). No final da década de 1970, havia 25 centros de reeducação em todo o país (Thomaz, 2008). Em 1983, naquela que ficou conhecida como "Operação Produção", dezenas de milhar de cidadãos urbanos, considerados "improdutivos", foram deportados para o Norte do país. Na prática, os deportados constituíam todos aqueles que não conseguiam provar que trabalhavam por conta de outrem, incluindo os trabalhadores em actividades informais (Quembo, 2012).

Com poderes ilimitados para "*ordenar e realizar inquéritos, realizar buscas e detenções que considerasse convenientes; instruir processos e deter pessoas, determinando o seu destino, nomeadamente, enviá-las às autoridades policiais competentes, aos tribunais ou aos campos de reeducação*" (Trindade, 2003: 106), o Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP) repetiu práticas de detenções arbitrárias, torturas e maus tratos, vigilância e controlo social, precisamente aquelas utilizadas pela PIDE. Nas cidades, dissidentes políticos do partido Frelimo, indivíduos acusados de crimes económicos e sociais (como o açambarcamento ou a *candonga*), prisioneiros de guerra e espiões foram executados pelas forças do Estado, frequentemente em praça pública, à vista de crianças (Machava, 2024).

Instituídas no período pós-independência, com o objectivo de promover a socialização e modernização do campo, as aldeias comunais representaram uma continuidade dos aldeamentos coloniais, repetindo-se os mesmos problemas para milhares de camponeses: aumento das distâncias entre as habitações e os campos agrícolas, escassez de terras, redução das áreas de produção, redução drástica das condições de substituição e de renovação dos factores de produção. Perante a relutância de camponeses, o governo recorreu à força e à violência (Adam, 2005). Para além da violência, foram reproduzidas as práticas coloniais de trabalho obrigatório (através de jornadas de trabalho) e controlo de mobilidade, através da instituição de guias de marcha (Quembo, 2012).

Durante a guerra dos 16 anos, a população foi vítima de violência de homens armados, com abusos realizados pela RENAMO (Resistência Nacional Moçambican), mas também pela tropa governamental (Vines, 1991). Tal como a RENAMO, o Estado moçambicano recorreu frequentemente ao recrutamento obrigatório de jovens (vulgo operações *tira camisa*), incluindo o uso de crianças-soldado nas forças governamentais, existindo relatos de abusos e exploração sexual cometidos por soldados das forças de segurança

contra mulheres e raparigas em zonas de conflito. A suspeita de colaboração com a RENAMO era reprimida pelas forças armadas moçambicanas, frequentemente com assassinatos sumários.

Em 1990, a aprovação de uma Constituição que consagrou um conjunto de direitos de expressão, de reunião, de circulação ou de acesso à informação suavizou a relação do Estado com a população. Contudo, a violência do Estado continuou a ser recorrente durante períodos pós-eleitorais. Protestos e escaramuças realizados por apoiantes da oposição, traduziram-se frequentemente em prisões ou assassinatos extra judiciais, com destaque para os incidentes em Montepuez, em 2000 (Nacuo, 2001), em Mocímboa da Praia, em 2005 (Santos, 2010: 246-250) e Mogincual, em 2009 (Bussotti, 2012).

Já no novo milénio, os órgãos de comunicação social foram reportando reacções desproporcionais da Unidade de Intervenção Rápida (UIR) sobre manifestantes na baixa de Maputo ou em protestos contra processos de reassentamento, em zonas de penetração de grandes investimentos económicos, nomeadamente em Moatize (Feijó, 2016), Montepuez (Feijó e Maquenzi, 2019), Pemba (Osório e Cruz e Silva 2018: 227) ou Inhassunge (Redacção, 02.08.2018). Em meados da década de 2010, o regresso do partido Renamo à guerrilha, com ataques ao longo da Estrada Nacional N1 (N1) a transportes públicos, saque de unidades sanitárias e homicídio de figuras políticas, mereceu uma resposta violenta por parte das forças de defesa e segurança de Moçambique. Analisando os abusos das forças de segurança do Estado, a Human Rights Watch (2018) reportou desaparecimentos forçados, detenções arbitrárias e a destruição de propriedade privada, alegadamente levados a cabo pelas forças governamentais. Vários funcionários e activistas do partido Renamo foram assassinados ou vítimas de tentativa de assassinato por agressores não identificados.

Durante a Guerra em Cabo Delgado, se a violência dos insurgentes foi bem documentada na imprensa e nos relatos dos sobreviventes, os relatórios de jornalistas (Perry, 2026), investigadores (Macalane e Jafar, 2021; Feijó, 2021) e de organizações de defesa de direitos humanos - Human Rights Watch (04.12.2018) e da Amnesty International (2021) – reportam excessos cometidos pelas forças de defesa e segurança. As informações referem extorsões e chantagem, saques e roubos, detenções arbitrárias e desaparecimentos, agressões físicas e torturas, violência sexual e execuções extrajudiciais (vulgo *rachar lenha*) cometidos por elementos da UIR e das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM).

Em Março de 2023, tentativas de realização de um tributo ao cantor Azagaia em diversas cidades do país foram reprimidas violentamente pela polícia com recurso a gás lacrimogéneo (da Silva & Loureiro, 18.03.2023). Em Outubro do mesmo ano, na sequência das eleições autárquicas, a polícia voltou a recorrer aos mesmos meios de dispersão nas províncias de Maputo, Zambézia e Nampula, somando mais de 230 detidos, 29 feridos e 6 mortos (Mapote, 01.11.2023; CDD, 2024). O padrão de resposta

das forças policiais repetiu-se durante os protestos pós-eleitorais de 2024, saldando-se em, pelo menos, 345 mortos e 685 feridos (DECIDE, 2025).

Ao longo da história, um Estado que se apresenta historicamente frágil e largamente ausente na providência de bem-estar às populações (particularmente na prestação de serviços de saúde, de educação e de apoio a actividades económicas, de construção de infra-estruturas viárias ou furos de água e de serviços de justiça), mostrou-se particularmente musculado na repressão de vozes dissonantes, com capacidade de recurso a meios violentos e desproporcionais sobre a população. Trata-se de atitudes geradores de sentimentos históricos de desconfiança e repulsa em relação ao Estado central, que Merle Bowen (2000) veio a designar de "*State against the peasantry*" (Estado contra o campesinato).

As estratégias violentas do poder central conjugaram-se com outras opções, bem mais sedutoras. A implementação da administração colonial só foi possível graças à colaboração de milhares de líderes tradicionais, os régulos, a quem eram atribuídos benefícios (isenção de pagamento do imposto de palhota e de trabalho obrigatório), em troca do respectivo apoio para o recrutamento para o *chibalo* ou na disseminação de culturas obrigatórias. Na década de 1960, o início das lutas de libertação despertou a consciência nas populações da ilegitimidade do Estado pelo que, num esforço de conquistar a adesão e confiança dos nativos, o governo colonial implementou a Acção Psicossocial. Por intermédio da promoção de festivais culturais, promotores de boa convivência com a população, condenava-se a repressão de populações locais. Tratava-se de uma estratégia militar e civil de contra-subversão, visando enfraquecer o apoio à Frelimo. Da mesma forma, foram coaptados líderes africanos contestatários, como Lázaro Nkavandame, dissidente da Frelimo, ou Joana Simião[3].

Fruto de intensas negociações, e colocando fim a 16 anos de um conflito armado, a 4 de Outubro de 1992, o governo de Moçambique assinou um Acordo Geral de Paz com a RENAMO. Na sequência de uma maior democratização, nas décadas seguintes registou-se uma diversificação das reacções governamentais ao protesto, incluindo o a prevenção da confrontação com vozes críticas; a criação de obstáculos burocráticos a organizações incómodas, através da morosidade do processo de legalização, exigência de credenciais para circulação, incluindo a organizações políticas. Num cenário de pobreza, corrupção e oportunismo generalizado, uma outra estratégia de gestão de grupos dissidentes foi o aliciamento económico. Actores sociais mais críticos foram convidados a assumir funções governamentais, adquirindo, a partir daí, atitudes menos irreverentes. Em zonas de maior tensão laboral, líderes sindicais são apoiados, com viaturas, combustível ou mobiliário,

[3] Enquanto temia pela sua vida no seio da FRELIMO, Lázaro N'Kavandame rendeu-se aos portugueses, que o assediaram com um projecto vago de autonomia da província de Cabo Delgado ou de gestão de redes comerciais no Norte, em troca da sua colaboração com o exército colonial e a PIDE. Joana Simeão foi recebida por Marcello Caetano pessoalmente, sob os auspícios de Jorge Jardim (Cahen, 2010: 233) com o objectivo de a constituir como um exemplo de uma mulher negra assimilada, integrada na cultura portuguesa.

pelo grande capital. Inversamente, as vozes abertamente opositoras vêem as suas oportunidades limitadas, em claras tentativas de asfixia económica, excluídas de subsídios públicos ou sujeitas a inspecções punitivas de actividades económicas (Feijó, 2019: 39).

A violência pós-eleitoral em Moçambique não difere da realidade de outros países da África subsahariana, constatando-se históricos de confrontos no Zimbabwe, no Quénia, na Tanzânia ou na República Democrática do Congo. A literatura sobre a contestação política no continente africano demonstra que a violência pós-eleitoral e a subsequente reação dos cidadãos constituem, frequentemente, respostas à violência estrutural protagonaizada pelo próprio Estado. Em vários contextos do continente africano (Gana, Zimbabwe, Nigéria ou Quénia), autores, como Bekoe (2012), Ibrahim e Adam (2020), demonstram como a violência eleitoral na região constitui uma estratégia política deliberada por parte das elites para se manterem no poder. A violência é fomentada por instituições fracas, históricos de conflito e competições renhidas. A fraude eleitoral sistemática e a falta de credibilidade dos tribunais contribuem para a violenta mobilização da oposição, conduzindo a protestos populares, terminando em contestações nas ruas (Cheeseman, 2008; Mavagu, 2013).

Estas explosões de descontentamento urbano são protagonizadas por uma juventude encurralada numa situação de *waithood* (Honwana, 2013), um limbo socioeconómico prolongado em que os jovens se encontram privados de transitar para a vida adulta, devido à escassez de emprego, habitação e possibilidades de participação socio-política. Para esta franja populacional marginalizada, a confrontação aberta e a contestação nas ruas emergem como os únicos canais disponíveis para desafiar sistemas políticos que recorrem ao aparelho repressivo estatal para perpetuar o *status quo* e sufocar a oposição política, transformando o espaço público num campo de batalha pela dignidade.

2. OBJECTIVOS E METODOLOGIA DO ESTUDO EMPÍRICO

Ao longo deste Observador Rural pretende-se realizar uma análise da violência pós-eleitoral decorrida entre Outubro de 2024 e Janeiro de 2025, período compreendido entre as eleições gerais e a tomada de posse do Presidente da República, PR, Daniel Chapo em Moçambique. O texto pretende analisar, em primeiro lugar, as diversas atitudes de protesto protagonizadas pela população. Em segundo lugar, pretende-se descrever a resposta dos agentes da autoridade aos protestos populares, particularmente da Unidade de Intervenção Rápida. Finalmente, pretende-se analisar a reacção dos manifestantes à violência policial.

Os dados recolhidos resultam da observação no terreno, de entrevistas realizadas a manifestantes em Maputo, Ressano Garcia e Moatize[4] e, sobretudo, da visualização de vídeos que circularam na internet, ao longo do período em análise, incluindo peças televisivas disponíveis online (TVM, Miramar e TV Sucesso) e de vídeos partilhados nas redes sociais. Destacam-se as páginas do Facebook do Centro para a Democracia e Direitos Humanos (CDD) e do seu director Adriano Nuvunga; no X (ex-Twitter) e em canais acedidos por WhatsApp (nomeadamente os canais VM7 Channel, MozTimes, The Mozambique News, Islam e Conscientização, e Moçambique é você News), assim como vídeos divulgados por internautas.

3. VIOLÊNCIA DURANTE OS PROTESTOS PÓS-ELEITORAIS DE 2024

As eleições presidenciais de 2024 constituíram um processo marcado por inúmeras irregularidades (Chirindza, 30.01.2025), mas também pela agitação de massas, capitalizando politicamente fenómenos estruturais de pobreza e de exclusão social. Com vista a promover a ordem pública, a Polícia da República de Moçambique adoptou uma atitude de proibição de muitas marchas, mas também de uso de meios de dispersão com recurso a gás lacrimogéneo. As tentativas de limitação de espaços de participação social despoletaram um ciclo vicioso de violência que atingiu o clímax durante a quadra natalícia.

3.1. Uma guerrilha de trincheiras: barricadas contra gás lacrimogéneo

Durante a campanha eleitoral de 2024, Venâncio Mondlane mostrou-se um hábil mobilizador de massas, capaz de concentrar multidões de jovens em zonas urbanas, que o seguiam pelas artérias da cidade. A mesma atitude foi mantida após as eleições de 9 de Outubro de 2024, gerando-se tensões com comandantes da polícia em Nampula, a 16 de Outubro (Redação, 17.10.2024), e na Beira, a 17 de Outubro. Em Nampula a polícia recorreu a gás lacrimogéneo e a balas de borracha para dispersão de populares, resultando em dois feridos (AIM, 16.10.2024). Consciente do processo de manipulação da contagem dos votos e da produção de editais, dois dias após as eleições, Mondlane antecipou-se aos órgãos eleitorais e anunciou a sua vitória das eleições, mesmo sem a contagem finalizada, agitando os eleitores e provocando as autoridades (Mz News, 11.10.2024). Na noite de 18 de Outubro Elvino Dias e Paulo Guambe (respectivamente assessor jurídico de Venâncio Mondlane e mandatário do partido Podemos) foram assassinados com 25 tiros, disparados por homens com armas automáticas, numa artéria

[4] Em Maputo, as observações foram realizadas entre Outubro e Dezembro de 2024, durante o processo pós-eleitoral. Num contexto de envolvimento colectivo no processo histórico que se vivia, inúmeras interacções foram realizadas com vendedores ambulantes, arrumadores de carros, guardas, empregados domésticos, mas também agentes da polícia, jornalistas e comerciantes. Em Ressano Garcia foram entrevistados diversos indivíduos que participaram nas manifestações, para além de blogueiros, professores, membros de organizações não governamentais e comerciantes locais. Em Moatize foi realizado um grupo focal envolvendo 12 manifestantes e realizadas diversas entrevistas a vendedores informais, jornalistas e indivíduos afectados pela mineração. As deslocações a Ressano Garcia e Moatize ocorreram em Abril de 2026.

da cidade de Maputo (Arnaldo, 19.10.2024), surgindo um conjunto de suspeitas de motivações políticas. Explorando a consternação popular, Venâncio Mondlane convocou uma concentração para o dia 21 de Outubro, no local do assassinato. A Unidade de Intervenção Rápida dispersou os manifestantes com recurso a gás lacrimogéneo, atingindo inclusive jornalistas nacionais e internacionais, que recolhiam em directo as declarações de Venâncio Mondlane. Ao longo de todo o dia registaram-se tumultos na cidade de Maputo, com epicentro no bairro de Maxaquene, iniciando-se um padrão de contestação assente na constituição de barricadas, que despoletaram uma resposta repressiva por parte das Forças de Defesa e Segurança. As semanas seguintes foram marcadas por fenómenos de guerrilha urbana, com jovens erguendo barricadas nas principais artérias da cidade, em clara confrontação com as autoridades.

a) As barricadas

Inspirado nos motins urbanos de Maputo de 2008 e de 2010 (Brito *et al.*, 2015), por sua vez repetindo o folclore das manifestações de Setembro e Outubro de 1974 (Rita-Ferreira. 1988), de forma espontânea, populares constituíram barreiras ao longo das principais vias de acesso ao centro da cidade de Maputo e noutras cidades do país (Feijó e Chiúre, 2025a; 2025b). Jovens do sexo masculino, mas também mulheres adultas, edificaram barreiras nas estradas, com recurso a pneus em chamas, blocos para pavet, contentores de lixo, árvores derrubadas na via pública, autocarros e outros veículos pesados. Dias mais tarde, as iniciativas de bloqueio de estradas foram apadrinhadas por Venâncio Mondlane que, a partir da sua página do Facebook, institucionalizou a paralisação do trânsito, em horário definido.

A paralisação da circulação rodoviária teve um forte impacto sobre o funcionamento de serviços públicos e privados, que se adaptaram aos horários das manifestações. Tomada de forma *ad hoc*, sem prever excepções (para doentes, médicos ou cortejos fúnebres) e executada no terreno por jovens intransigentes, a iniciativa de Venâncio Mondlane limitou o acesso de cidadãos a unidades sanitárias, impedindo a realização de funerais, permanecendo os defuntos durante dias com as famílias, nas respectivas casas.

No terreno, homens e mulheres emocionados excederam-se na implementação das medidas, verificando-se iniciativas de bloqueio permanente de vias de transporte, ao longo de vários dias, particularmente em Bobole, mas também noutros pontos do município da Matola, em reacção a rumores de plano de assassinato de Venâncio Mondlane e do seu assessor Dinis Tivane.

O processo de bloqueio das vias de transporte foi marcado pelo oportunismo generalizado, com inúmeros jovens a montarem portagens nas vias públicas, exigindo aos automobilistas o pagamento de valores monetários, sob risco de vandalização de viaturas. Alguns jovens exibiram nas redes sociais o espólio reunido no processo de extorsão, desencadeando-se acções de perseguição e agressão dos prevaricadores.

b) O gás lacrimogéneo e baleamento de manifestantes

A reacção da Unidade de Intervenção Rápida à irreverência generalizada foi marcada pela violência. Agentes da UIR lançaram gás lacrimogéneo, balas de borracha, por vezes balas verdadeiras, sobre manifestantes, removendo barreiras que prontamente eram reconstruídas nas proximidades. O recurso a gás lacrimogéneo constituiu uma estratégia recorrente de dispersão de multidões, não só de jovens em barricadas, mas também de cidadãos que marchavam na via pública em direcção ao centro da cidade, ou que, durante a noite, batiam panelas nas estradas ou a partir das sua residências. Gás lacrimogéneo foi lançado sobre quintais nas zonas suburbanas ou sobre varandas dos prédios na cidade, provocando lesões, por vezes mortais, incluindo a crianças. Pelas redes sociais, circularam mais de 200 vídeos ilustrativos desta prática de dispersão de multidões. A recorrência sistemática ao gás lacrimogéneo foi reportada nas redes sociais, gerando fortes mensagens de protesto e *memes*, como "*gás do Rovuma para os ricos, gás lacrimogéneo para os pobres*".

Líderes partidários, como Venâncio Mondlane ou Manuel de Araújo (Edil de Quelimane), foram inclusivamente atingidos, afectando-lhes temporariamente a visão e as vias respiratórias. Cápsulas de gás lacrimogéneo recolhidas na via pública revelaram que o produto se encontrava fora de validade, levantando suspeitas sobre riscos para a saúde pública.

Vários vídeos mostram a ocorrência de disparos efectuados pela polícia de forma desproporcional contra a população, somando mortos e feridos, muitos dos quais com lesões permanentes, incluindo amputação de membros e paralisia, (DECIDE, 2025; AI, 2025). A 27 de Outubro, em Mecanhelas, distrito de Niassa, a polícia disparou balas reais sobre um grupo de apoiantes do partido PODEMOS que, desarmados, caminhavam na via pública, enquanto membros do Partido Frelimo aplaudiam. Os tiros da polícia resultaram numa vítima mortal e 5 feridos. No mês seguinte, na cidade de Maputo, elementos da Unidade de Intervenção Rápida dispararam balas de borracha contra manifestantes de joelhos, a poucos metros da polícia. Um outro vídeo revela um jovem alvejado na cabeça, pelas costas, enquanto caminhava tranquilamente numa artéria do subúrbio de Maputo. A 12 de Dezembro de 2024, em Ressano Garcia, um jovem produtor de conteúdo digital foi baleado mortalmente enquanto realizava uma *live* na sua página no Facebook.

Diversos vídeos revelam que a polícia não só contrariou o Direito à reunião e manifestação, previsto no artigo 51 da Constituição da República de Moçambique[5], como também diversas directrizes das Nações Unidas (2022) sobre o uso e manuseamento de armas de fogo por parte das forças policiais, registando-se disparos sem aviso e sobre manifestantes que não representavam ameaça.

[5] Direito regulado pela Lei 9/91 (alterada pela Lei 7/2001), que institui um conjunto de procedimentos para a formalização do processo, que acabam por criar diversas restrições.

A violência foi também evidente ao nível dos discursos do Comandante-Geral da Polícia. Após o término da terceira fase das manifestações[6], Bernardino Rafael, numa conferência de imprensa, comparou a acção dos manifestantes com o comportamento dos insurgentes em Cabo Delgado, classificando os protestos como acções com "*tendência de terrorismo urbano*"[7], legitimando o comportamento das forças de Defesa e Segurança.

Ao mesmo tempo que o Governo se mantinha intransigente e implacável com os manifestantes, Venâncio Mondlane, a partir das suas *lives* no Facebook, incentivava o protesto. Nas ruas, populares e agentes das forças de defesa e segurança confrontavam-se entre si, com recursos assimétricos, aumentando o número de mortos, de feridos e de detidos. O sangue dos manifestantes exaltava os ânimos nas ruas, politicamente capitalizado pelo líder da oposição. Até à terceira fase das manifestações, a Plataforma Decide contabilizava 35 mortos e 169 feridos, atingindo 310 mortos e 552 feridos por baleamento durante a quarta fase.

Quadro 1: Total de detidos, baleados e mortos por fase das manifestações, contabilizados pela Plataforma Decide

Fase	Período	Detidos	Baleados	Mortos
Fase 1	21 de Outubro	464	47	11
Fase 2	24 a 25 de Outubro	99	36	13
Fase 3	31 de Outubro a 7 de Novembro	499	86	11
Fase 4	13 de Novembro a 15 de Janeiro	1.358	552	310
Total		**2.420**	**685**	**345**

[6] A terceira fase das manifestações ocorreu entre 31 de Outubro e 7 de Novembro, e foi marcada pela tentativa de realização de uma marcha da população de várias províncias do país até à cidade de Maputo. A marcha "nacional", programada para o dia 7 de Novembro, teria o objectivo de concentrar milhões de moçambicanos na capital do país, alimentando todo um conjunto de memes sobre banhos populares na piscina do palácio da presidência, mas também de receio das autoridades de golpe de Estado. A marcha contaria com a presença de Venâncio Mondlane que retornaria do "exílio". Em reacção, a polícia bloqueou as principais vias de acesso à capital, detendo dezenas de passageiros em transportes colectivos no distrito de Marracuene.

[7] De acordo com o Comandante-Geral da Polícia "*trata-se sim de manifestações violentas com tendência subversiva, com intenção clara de alterar a ordem Constitucional moçambicana democraticamente instituído. Porque esta tendência de alteração da ordem e segurança pública no país com tendência clara de afectar a Constituição da República constitui uma violação flagrante daquilo que é a Lei mãe: a Constituição da República, que norteia a convivência social democrática do nosso país. Estas mesmas manifestações* [...] *passaram a ser manifestações subversivas com tendência clara do terrorismo urbano, afectando os setores-chave da economia, como se declaram atacaram linhas férreas* [...] *destruir centros turísticos, destruir aquilo que foi conquistado desde a independência nacional*" (DW, 12.11.2024)

c) Atropelamentos e agressão na via pública por parte de agentes armados

As barricadas despoletaram a violência das autoridades, não só através de disparos por parte da polícia, mas também por intermédio de agressões e atropelamentos dos manifestantes, desencadeados por agentes das forças de defesa e segurança, ou por indivíduos vestidos à civil, não identificados. A 15 de Novembro de 2024, no contexto das manifestações dos *panelaços*[8], 7 pessoas foram atropeladas mortalmente em Maputo, por um automobilista não identificado que conduzia em alta velocidade contra a multidão em marcha. Uma viatura com a mesma conduta foi avistada noutro local, tendo os passageiros armados disparado mortalmente contra um civil. Estes incidentes levantaram um conjunto de suspeitas de relacionamento dos agressores com os serviços de investigação criminal. Um dos casos que gerou mais consternação aconteceu a 27 de Novembro, quando uma manifestante que participava no bloqueio da Av. Eduardo Mondlane, em Maputo, foi atropelada por um veículo blindado. Inúmeros registos dão conta de agressões desproporcionais contra civis em plena via pública, incluindo invasão de propriedade privada por parte de agentes da UIR, agredindo civis indefesos.

A violência prolongou-se pelo ano de 2025, incluindo durante a tomada de posse do PR Daniel Chapo, a 15 de Janeiro de 2025, onde a poucos metros do local da cerimónia, a polícia realizou uma carga policial sobre manifestantes. Imagens de uma mulher indefesa agredida por 3 agentes da UIR, tornaram-se virais nas redes sociais.

3.2. Os ataques aos símbolos do poder

a) Os ataques ao partido Frelimo

A violência das autoridades despoletou um clima de intolerância política e de revolta de manifestantes, canalizada para a destruição de símbolos do partido no poder. Numa iniciativa que ficou conhecida como "campanha tira-lixo", manifestantes caminhavam pelas ruas arrancando e queimando bandeiras e cartazes do partido no poder, pendurados em postes ao longo das ruas e avenidas. Camisetes da Frelimo foram vestidas em bonecos improvisados e posteriormente apedrejados por manifestantes. Dezenas de sedes do partido Frelimo foram vandalizadas e incendiadas pela população ao longo do país. Só na província de Maputo, o Partido Frelimo declarou necessitar de 22 milhões de Meticais para reparar os danos causados durante as manifestações. Estátuas de importantes figuras do Partido Frelimo – com destaque para a do Presidente Filipe Nyusi numa Escola Secundária de Boane, ou de Alberto Chipande, em Pemba – foram apedrejadas, derrubadas e arrastadas por populares pela via pública numa atitude de profanação.

[8] A manifestação dos "panelaços" deu-se no final da terceira etapa das manifestações, a partir do dia 15 de Novembro de 2024. Ao princípio da noite, nos prédios e moradias urbanas, a população batia com panelas a partir das respectivas janelas e varandas. Nas zonas suburbanas de Maputo populares ocupavam as vias de acesso de forma festiva batendo panelas. Noutras zonas do país, populares marchavam pelas ruas, batendo com panelas e soprando apitos, por vezes cantando.

Em vários pontos do país, indivíduos trajados com símbolos da Frelimo foram expulsos de transportes semicolectivos de passageiros ou obrigados a despir as camisetes quando circulavam nos mercados. A 23 de Novembro de 2024, a Frelimo organizou uma marcha de simpatizantes do partido na baixa da cidade, conseguindo concentrar algumas centenas de indivíduos, transportados em autocarros dos arredores da cidade. Os veículos foram apedrejados por populares. A imprensa reportou a precaução dos organizadores em não divulgar a iniciativa, receando precisamente a violência dos manifestantes. Parte dos envolvidos (recrutados entre estudantes da Academia de Ciências Policiais (ACIPOL) só foram informados do propósito da concentração no local.

Em jeito de catarse popular, registaram-se inúmeras atitudes de escárnio colectivo, patentes em encenações fúnebres de membros seniores da Frelimo em inúmeros memes criados sobre o antigo PR Filipe Nyusi e do designado PR Daniel Chapo, este último alcunhado de girafa.

b) Destruição de estabelecimentos públicos

A fúria popular foi também dirigida para edifícios públicos, símbolo do poder do Estado, com destaque para estabelecimentos do governo, tais como esquadras da polícia e tribunais (Feijó e Chiúre, 2025b:10). O auge das destruições deu-se na fase designada Turbo V8, em plena quadra natalícia, logo após o anúncio oficial dos resultados eleitorais pelo Conselho Constitucional, a 23 de Dezembro de 2024. Os números oficiais davam conta de 1.149 infra-estruturas destruídas, representando 40% das infra-estruturas da polícia, incluindo 77 viaturas do sector da saúde (DN/Lusa, 04.01.2025; Rádio Moçambique, 27.12.2024).

c) Invasão de propriedade privada e ocupação de terras

Os protestos estenderam-se à invasão de propriedade privada, frequentemente pertencentes a membros proeminentes do Partido Frelimo ou de respectivos familiares e, inclusivamente, à ocupação de terrenos ociosos, como foi o caso do espaço alegadamente pertencente ao antigo PR Joaquim Chissano. Pelas redes sociais proliferaram notícias de ataques a estabelecimentos comerciais alegadamente pertencentes a figuras influentes do governo, entre os quais Bernardino Rafael e Margarida Talapa. Em Malehisse, distrito de Chibuto, a UIR teve de intervir na dispersão de manifestantes que se aproximavam da residência da família do antigo Presidente Chissano. No Bilene, concretizou-se a invasão da residência de Roque Silva, ex-Secretário Geral da Frelimo e o banho popular na respectiva piscina. Em Catuane, distrito de Matutuíne, foi invadida uma quinta alegadamente pertencente ao antigo presidente Armando Emílio Guebuza. Outras propriedades invadidas pertenciam ao edil da vila Manhiça ou a líderes comunitários conotados com a Frelimo.

Na cidade e província de Maputo populares ocuparam terrenos ociosos, alegadamente em protesto contra as dificuldades financeiras para a aquisição de terrenos para construção. Na região do grande Maputo registaram-se casos de ocupação de terras em bairros da Matola-Rio, Matola Gare, Khongolote, Zona Verde, Machava, Tsalala,

Matlemele, Machava-sede, Siduava, Albazine e Katembe, para além de Namaacha e Matutuíne (RM, 08.01.2025), incluindo um terreno pertencente ao antigo ministro das finanças, Manuel Chang. Em muitos locais juntaram-se oportunistas, na esperança de aquisição de terrenos para posterior colocação no mercado. Em Maputo registou-se a ocupação de um terreno vedado há mais de 10 anos, que havia sido um campo de futebol. Os manifestantes entraram numa loja de máquinas, apropriaram-se de uma retroescavadora, abasteceram-na numa bomba de combustível sem pagar, que utilizaram para derrubar o muro e limpar do terreno. No local foi posteriormente organizada uma partida de futebol.

Em Nampula, registaram-se casos de ocupação de terras nos bairros de Namicopo, Mutava Rex, Natikiri, Napipine, Mutauanha, Murrapaniua, Marrere, Namutequeliua, Muatala, Carrupeia, Muhala e Muahivire (Redacção, 13.01.2025; MMO, 19.03.2025).

A ocupação de terras fez renascer um conjunto de debates sobre a utilização de terrenos e o cumprimento da Lei de Terras (Mandamule & Vilanculo, 2025).

3.3. Detenções, sequestros, assassinatos e vinganças

a) Detenções, sequestros e assassinatos por parte das FDS

As detenções constituíram uma constante ao longo de todas as fases dos protestos. De acordo com dados da Plataforma Decide (2025), ao longo das 4 fases das manifestações foram detidos 2.420 indivíduos em todas as províncias do país. Paralelamente, surgiram várias denúncias de sequestro de membros e simpatizantes do PODEMOS. Embora alguns tenham reaparecido após dias de tortura, outros foram encontrados mortos e outros continuam desaparecidos. Diversos indivíduos entrevistados em Maputo, Ressano Garcia e Moatize referiram ter sido torturados durante o cativeiro. Uma mulher que foi detida em Ressano Garcia referiu ter sido violada por 4 agentes da Unidade de Intervenção Rápida. Apoiantes de Venâncio Mondlane foram perseguidos e alvejados fora do contexto dos protestos. Em Fevereiro de 2025, Venâncio Mondlane denunciou à Procuradoria-Geral da República (PGR) e ao Ministério do Interior, 40 casos de assassinato de seus membros durante o período de protestos pós-eleitorais (Dias, 20.02.2025). O processo de detenção, sequestro e assassinato de apoiantes de Venâncio Mondlane prolongou-se por vários meses, após a tomada de posse do PR Daniel Chapo (Lusa, 16.05.2025)[9].

[9] Entre Fevereiro e Maio de 2025, o presidente do Anamola submeteu à PGR 3 denúncias de violência contra 436 membros deste movimento político, por corte de órgãos, sequestros e assassinatos e tiros e por espancamento em vários cantos do país.

b) A retaliação popular e a Lei de Talião

Apesar de os agentes da UIR e do SERNIC estarem em vantagem em termos de acesso a meios repressivos, penalizando líderes das manifestações, os populares não deixaram de usar a violência contra os elementos das forças de defesa e segurança. Em finais de Novembro de 2024, a intensificação dos protestos havia reduzido a capacidade de as autoridades reporem a normalidade e a transitabilidade em importantes artérias do país. As intervenções ameaçadoras e os ultimatos do Comandante-Geral da Polícia ou do Ministro do Interior foram respondidos, no terreno, com maior irreverência. Os vídeos revelam jovens irreverentes, confrontando os agentes da polícia, denunciando a brutalidade contra as populações e apelando a outros manifestantes para não ter medo das autoridades. Enfrentando milhares de jovens revoltados, com problemas de coordenação, sem meios de dispersão de massas e vulneráveis ao gás lacrimogéneo, agentes da polícia tiveram grande dificuldade de contenção dos ânimos, sendo alvo da humilhação de populares. Os vídeos mostram agentes da Polícia da República de Moçambique (PRM) ou da polícia de trânsito obrigados a regar túmulos, a solicitar autorização para atravessar barricadas, forçados a agredir bonecos que simbolizavam Daniel Chapo ou cercados por populares que zombavam das autoridades.

O lançamento de gás lacrimogéneo foi frequentemente respondido com arremesso de pedras para a polícia e de cocktails-molotov. A experiência de repressão policial e os vídeos da violência das autoridades, que se tornaram virais nas redes sociais, despoletaram sentimentos de vingança. As identidades e moradas de agentes das forças de defesa e segurança foram divulgadas nas redes sociais, forçando muitos agentes a dormir fora de casa. Com recurso a pedras, bombas caseiras e outros meios artesanais, em muitos locais registaram-se acções de perseguição ou captura de agentes das FDS, enquanto perseguiam manifestantes pelas ruas dos bairros suburbanos. Agentes da polícia foram linchados até à morte por jovens revoltosos. Outros foram apedrejados pela população acusados de identificarem manifestantes para posterior detenção. Na Zambézia, nos distritos de Molumbo, Namacurra e Morrumbala, líderes comunitários foram linchados sob acusação de fornecer nomes e localização residencial de revoltosos, que se tornavam vítimas de detenções ou sequestros. Na Matola, agentes da polícia foram sequestrados por populares, após a detenção de revoltosos nas esquadras, e posteriormente utilizados como moeda de troca para libertação dos detidos. No sul do país, vulgarizou-se a expressão "*hita va wela*" ("iremos cair sobre eles"), transformando-se na ordem de retaliação popular sobre agentes da polícia violentos. No mesmo diapasão, nas suas *lives* do Facebook, Venâncio Mondlane reagia à violência das autoridades declarando a lei de Talião, proclamando que "*Por cada elemento da população assassinado por um agente da UIR, automaticamente este será eliminado*" (Redação, 18.01.2026). De acordo com a Procuradoria-Geral da República, pelo menos 22 agentes das FDS perderam a vida e 178 ficaram feridos durante os protestos pós-eleitorais (Lusa, 30.04.2025).

c) A violência dos *naparamas*

No contexto dos protestos assistiu-se, ainda, ao ressurgimento dos *naparamas*. Os *naparamas* são um grupo paramilitar de auto-defesa organizado na segunda metade da década de 1980 na Zambézia, expandindo-se depois por territórios macuas em Nampula. Com recurso a armas tradicionais (arcos e flechas) e assente na crença que rituais mágicos os tornavam imunes a balas, o grupo emergiu com o objectivo de protecção do território, como mecanismo de reconstrução da autoconfiança colectiva, perante a vulnerabilidade e incapacidade do Estado em promover a protecção (Serra, 1997). Em finais de 2022, na sequência da guerra em Cabo Delgado, grupos de *naparamas* auto-organizaram-se em Namuno, no Sul da província, após ataques de insurgentes. O grupo registou uma expansão rápida, passando em poucas semanas a operar em Balama e Montepuez. Tal como na década de 1980, o governo procurou cooptar esta iniciativa, tendo as lideranças locais da Frelimo convidado o grupo a gerir postos de controlo e bloqueios de estradas. Em 2024 e 2025, os *naparamas* estiveram activos em distritos como Ancuabe e Metuge, envolvendo-se tanto em combates contra insurgentes, como em conflitos sociais e linchamentos.

Na sequência dos protestos pós-eleitorais, assistiu-se à reorganização de grupos de *naparamas* em vários pontos do Centro e Norte de Moçambique, realizando ataques a instalações do Estado. Na província da Zambézia existem relatos de ataques de *naparamas* em vários distritos, entre os quais Luabo, Inhassunge, Mopeia e Morrumbala. Em Luabo, invadiram o comando distrital da PRM, libertaram reclusos, apoderaram-se de alguns bens e atearam fogo a viaturas da PRM (CDD:20.12.2024). Em Nampula, relatos dão conta da actuação de *naparamas* nos distritos de Lalaua, Ribaué, Malema, Eráti e Mogovolas, mas também em Angoche (ilhas do posto administrativo de Aúbe). Integrantes do grupo envolveram-se em confrontos com a polícia, assassinaram agentes da autoridade, assaltaram bancos, destruíram infra-estruturas do Estado (particularmente em Namapa, vila sede do distrito de Eráti), e tentaram estabelecer um governo paralelo em nome do candidato Venâncio Mondlane (Redação, 26.12.2024; Lusa, 30.12.2024).

3.4. Das pilhagens ao massacre da Machava: o turbo V8

Durante os meses de Novembro e Dezembro, em várias zonas do centro e Norte do país, registaram-se tentativas de assalto e pilhagem de instalações pertencentes a empresas mineradoras internacionais, nomeadamente em Montepuez, Moma, Mulevala, Alto Molocué e Chua (Feijó & Chiúre, 2025). Em Maputo, algumas marchas de protesto culminaram com pilhagens de estabelecimentos comerciais. O prolongamento das manifestações e o arrastar de uma solução que conferisse credibilidade aos órgãos eleitorais foram responsáveis pela acumulação de tensões, que atingiram o clímax na sequência da validação dos resultados eleitorais pela Presidente do Conselho Constitucional. A partir da sua página no Facebook, Venâncio Mondlane vinha ameaçando para o caos que se instalaria no país o caso de se anunciar a vitória da Frelimo. Naquele contexto emotivo, as palavras inflamatórias de Venâncio Mondlane,

anunciando uma "fase de protestos Turbo V8" e ameaças de que "*o país vai arde*r", constituíram mais um rastilho para rebelião. Logo após o anúncio final dos resultados eleitorais dando vitória à Frelimo, e durante toda a quadra festiva, populares procederam ao bloqueio de estradas, desencadeando o saque generalizado de armazéns e centros comerciais em vários pontos do país. Diversas unidades económicas foram incendiadas. No meio do caos, a pilhagem contou com a participação de agentes da polícia e da FADM, eles próprios também enfrentando problemas logísticos. A imprensa deu conta de 500 empresas vandalizadas, deixando cerca de 12 000 pessoas em risco de desemprego (DW, 30.12.2024).

Ao mesmo tempo que o governo se mostrava incapaz de conter o caos, para o qual contribuíam as próprias forças de Defesa e Segurança, no dia 25 de Dezembro centenas de prisioneiros evadiram-se da cadeia da Machava, num processo que levantou muitas interrogações acerca da possível facilitação do processo de fuga. Prisioneiros evadidos filmados após a fuga por populares referiam a facilitação[10] da respectiva fuga a partir do interior da prisão. A evasão do estabelecimento prisional foi anunciada pelo Comandante-Geral da Polícia Bernardino Rafael, num discurso particularmente alarmante e dissonante da versão da Ministra da Justiça[11] (Nascimento, 26.12.2024). Ao fim da tarde, elementos da Unidade de Intervenção Rápida capturaram prisioneiros em fuga, circulando vídeos da respectiva detenção, tortura e assassinato. Alarmados pelos discursos do Comandante-Geral da Polícia, a partir do dia 26, inúmeros populares auto-organizaram-se em milícias de vigilância nos bairros de Maputo, frequentemente liderados por secretários de bairro e representantes do governo local, precisamente os agentes mobilizadores do Partido Frelimo durante as campanhas eleitorais. A fuga das prisões e os receios de assaltantes e violadores, criados pelo discurso de Bernardino Rafael, serenaram os ânimos revolucionários, levantando suspeitas de libertação deliberada dos reclusos, por parte do poder governamental.

[10] "*Nós fomos libertos... usaram-nos. Fomos libertos... abriam para nós... nos usaram. Afinal Venâncio falou muito porquê? Porque nos usaram. Foi o que disse Venâncio, não mentiu... foi assim como aconteceu. Abriram a porta e disseram:* 'saiam lá vocês todos porque já não tem comida'. *Então saímos para voltar às nossas casas. Disseram que acabou comida na cadeia... disseram* 'saiam, já não temos refeição... já não temos nada...' *e* [nós] *dissemos graças a Deus*"

[11] Bernardino Rafael precipitou-se a afirmar que manifestantes se dirigiram à cadeia central, exigindo a soltura dos prisioneiros, pelo que foi a agitação dos manifestantes a partir do exterior do estabelecimento prisional que provocou o desabamento do muro, despoletando a fuga dos reclusos. Por sua vez, Helena Kida explicou que a fuga dos reclusos se deveu a agitação dos prisioneiros a partir do Estabelecimento Penitenciário de Máxima Segurança da Machava (vulgo BO), minimizando a influência externa e deixando implícitas falhas de segurança interna.

CONCLUSÃO

Num contexto de centralização do poder, de violência Estatal e de ausência de espaços de participação social, as eleições de Moçambique constituem uma das poucas oportunidades em que os cidadãos são convidados a pronunciarem-se sobre os destinos do país, num contexto marcado pela pobreza e pela exclusão social. As campanhas eleitorais constituem espaços de concentração de multidões, marcadas, não tanto pela discussão de ideias e de alternativas para o país, mas pela celebração festiva, conjugada com a provocação dos adversários. Consciente da sua superioridade logística, decorrente do acesso aos meios do Estado, o partido no poder vem demonstrando elevada confiança durante as campanhas eleitorais, recorrendo a diversos slogans provocatórios: "*vitórias retumbantes, esmagadoras e asfixiantes*" ou "*doa a quem doer*". Por sua vez, num cenário de ausência de rotação partidária, a oposição tende a responsabilizar a Frelimo pelos problemas estruturais do país, entoando um conjunto de slogans provocatórios e de exclusão do adversário político: *"Frelimo* Suca*!*" ou "*Anamalala!*" (Saiam!). Num contexto de confrontação política, as instituições do Estado (entre as quais os órgãos eleitorais, a Polícia da República de Moçambique, a PGR e os tribunais de última instância) apresentam-se politicamente controlados pelo partido no poder, adoptando uma atitude parcial na resolução dos conflitos eleitorais. O protesto das populações contra as instituições do Estado desencadeou atitudes desproporcionalmente violentas por parte das autoridades, que fizeram despertar a agressividade das populações, desencadeando-se um ciclo vicioso de violência, que atingiu o seu climax, paradoxalmente, durante a quadra natalícia.

Um cenário que exigiria uma habilidade política dos governantes foi gerido como se de um problema de segurança se tratasse, com recurso a gás lacrimogéneo para dispersão de manifestantes, seguindo um *modus operandi* historicamente violento. O assassinato de Elvino Dias e de Paulo Guambe, a ausência de esclarecimento por parte das entidades de investigação criminal comoveram grande parte da sociedade moçambicana e observadores internacionais. A violenta resposta da polícia às acções de protesto, atingindo o próprio líder da oposição quando era entrevistado por órgãos internacionais, constituíram um ponto de não-retorno. A negação do direito à manifestação abriu espaço para que a violência se transformasse no mecanismo possível de participação política. Nas semanas seguintes assistiu-se a um interregno anárquico, marcado por barricadas de estradas e provocações, invariavelmente respondidas com violência pelas forças policiais. Pelos bairros periféricos da cidade, uma população anómica, que enfrenta diariamente a fragilidade do Estado na disponibilização de serviços públicos (de educação, saúde pública, justiça, recolha de lixo e saneamento), passou a enfrentar a violência dos agentes do Estado. A brutalidade dos agentes da polícia alimentou sentimentos de Estado contra a população e de vingança contra agentes da autoridade. A despreparação da polícia para lidar com multidões enfurecidas foi responsável por centenas de mortos e feridos, agravando o sentimento de revolta contra os agentes do Estado.

Encorajando a desobediência civil através de processos descentralizados de protesto, baralhando as autoridades policiais, Venâncio Mondlane foi omisso na emissão de avisos de protecção dos manifestantes, perante uma polícia violenta. Do confronto entre cidadãos indefesos e a polícia armada resultaram centenas de mortos e feridos, posteriormente acarinhados pelo líder da oposição durante visitas domiciliárias, capitalizando politicamente o sofrimento popular. As vítimas da polícia constituíram os mártires necessários para exaltação dos ânimos e escalar de violência, visando pressionar politicamente os órgãos eleitorais e o Conselho Constitucional.

O texto demonstra que a violência foi não apenas instrumentalizada pelo líder da oposição, mas resultou de um contexto de retaliação popular contra a brutalidade da polícia. Se a proclamação da Lei de Talião ou a acção de uma "juventude *naparama*" foram entendidas pelo governo como acções "*terroristas*", "*violentas*" ou "*criminosas*"[12], a verdade é que também podem ser analisadas como mecanismos de autodefesa dos cidadãos, num cenário de brutalidade policial.

Neste cenário, a utilização dos órgãos da justiça para a condenação selectiva do líder da oposição, em vez de constituir um mecanismo de procura da verdade, de responsabilização e de reparação ou mesmo de reconciliação nacional, transforma-se em mais uma forma de eliminação política de um adversário, sem alterar as condições estruturais de produção da violência.

A análise do conflito pós-eleitoral permite concluir que o Estado central não hesita em recorrer a instrumentos coercivos e violentos de controlo de manifestantes, secundarizando aspectos como a segurança e integridade física. Trata-se de uma prática que se insere numa tendência histórica de relação do Estado com as populações, assente na arrogância e prepotência e no uso de meios repressivos. Neste cenário, a história de Moçambique tem demonstrado que a forma mais efectiva de promoção de mudanças políticas assenta na violência: foi assim com a FRELIMO em 1964, com a RENAMO em 1976, com os *al-shabaabs* em 2017 ou com os venancistas em 2024.

[12] Apesar de o novo Presidente de Moçambique enfatizar o discurso da paz e do diálogo nacional, o seu comportamento não é coerente. Após a tomada de posse, ao mesmo tempo que surgia em eventos públicos com autoridades religiosas, rezando pela Paz, líderes da oposição desapareciam de forma sinistra em vários distritos do centro e Norte do país, levando Venâncio Mondlane a atribuir-lhe a alcunha de "*mata e reza*". Poucas semanas após a tomada de posse, num discurso proferido em Pemba, comparou a acção dos manifestantes aos terroristas que actuam na província de Cabo Delgado, referindo que serão combatidos nem que seja "*necessário jorrar sangue*". Nos primeiros meses do seu mandato passou a referir-se aos protestos pós-eleitorais recorrendo à expressão "*manifestações violentas, ilegais e criminosas*", ignorando toda a violência do Estado contra a população e contrariando o espírito de reconciliação que alega almejar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, Yussuf (1993) "Mueda, 1917-1990: Resistência, colonialismo, libertação e desenvolvimento" in *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, 14, pp. 9-102.
- ADAM, Yussuf (2005) *Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo: trajectória de Moçambique pós-colonial (1975-1990)*. Maputo: Promédia.
- AMNISTY INTERNATIONAL (07.10.2020) "Amnistia Internacional: comunicado de imprensa", disponível em https://www.amnesty.org/download/ Documents/AFR4131872020PORTUGUESE.pdf, acesso a 22.02.2021.
- AMNISTY INTERNATIONAL (15.09.2020) "Moçambique: vídeo com execução de mulher prova mais uma vez violações de direitos humanos pelas forças armadas", disponível em https://www.amnistia.pt/ mocambique-video-com-execucao-demulher-prova-mais-uma-vez-violacoes-dedireitos-humanos-pelas-forcas-armadas/, acesso a 24.02.2020.
- AMNISTY INTERNATIONAL (2021) 'O que vi foi a morte' – *crimes de guerra no 'Cabo Esquecido' de Moçambique*. Amnistia Internacional
- AMNISTY INTERNATIONAL (2025) *Protesto sob ataque: violações de direitos humanos durante a repressão pós-eleitoral de 2024 em Moçambique*, disponível em: https://www.amnesty.org/en/wp-content/uploads/2025/04/Protest-under-attack_Human-rights-violations-during-Mozambique_PT_V3.pdf, acesso a 20.02.2026.
- ARNALDO, Eugênia (19.10.2024) "Elvino Dias e Paulo Guambe assassinados a tiros em Maputo", *in: O País*, disponível em: https://opais.co.mz/elvino-dias-e-paulo-guambe-assassinados-a-tiros-em-maputo/, acesso a 20.02.2026.
- BEKOE, Dorina (2012) *Voting in fear: electoral violence in Sub-Saharan Africa* in Washington, DC: United States Institute of Peace
- BONATE, Liazzat "Muslims and the Liberation Struggle in Northern Mozambique" in H. Sapire e C. Saunders (eds) *The Struggle for Southern Africa: New Local and Global Perspectives*. Cape Town: UCT Press, pp. 58-75.
- BORGES COELHO, João Paulo (1993) "O Estado Colonial e o Massacre de Mueda: Processo de Quibirite Divane e Faustino Vanombe" in *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, 14, pp. 129-154.
- BORGES COELHO, João Paulo (1993) *Protected Villages and Communal Villages in the Mozambican Province of Tete (1968-1982): A History of State Resettlement Policies, Development and War*, Doctoral Thesis. Bradford: University of Bradford
- BOWEN, Merle (2000) *The State Against the Peasantry: Rural Struggles in Colonial and Postcolonial Mozambique*. Virginia. University of Virginia Press.
- BRITO, Luís; CHAIMITE, Egídio; PEREIRA, Crescêncio; POSSE, Lúcio; SAMBO, Michael e SHANKLAND, Alex (2015) "Revoltas da Fome: Protestos Populares em Moçambique (2008-2012)" in Luís de Brito (Org.) *Agora eles têm medo de nós – uma colectânea*

de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008-2012). Maputo: IESE, pp. 1-47.

- BUSSOTTI, Luca (2012) "Moçambique: o caso dos jornais *Notícias* e *O País* na cobertura da violação dos direitos humanos" in *Revista Africana de Mídias,* 20 (1 e 2), pp. 101–142
- CAHEN, Michel (1999) "The Mueda Case and Makonde Political Ethnicity" in *Africana Studia*, 2, pp. 30-31;
- CAHEN, Michel (2010) "Moçambique: o 'fim da história'... única - trajectórias dos anticolonialismos em Moçambique" in *Africana Studia*, 15, pp. 195-240.
- CDD (20.12.2024) *Ataque dos Naparamas em Luabo*, Ano VI, n.º 650 I, disponível em: https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2024/12/Ataque-dos-Naparamas-em-Luabo.pdf, acesso a 19.02.2026.
- CDD (2024) *Situação de direitos humanos durante as eleições autárquicas de 2023*, disponível em: https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Situacao-dos-Direitos-Humanos-durante-as-Eleicoes-Autarquicas-de-2023-1.pdf, acesso a 16.02.2026.
- CHAIMITE, Egídio (2025) "Em meio à crise e incertezas em Moçambique: o que vem a seguir?" *In: Moçambique: Visão de alguns intelectuais moçambicanos sobre a violência pós-eleitoral,* Codesria Bulletin, No. 2, pp.43-45.
- CHEESEMAN, Nic (2008) "The Kenyan Elections of 2007: An Introduction" in *Journal of Eastern African Studies*, 2(2), pp. 166-184.
- CHIRINDZA, Cléusia (30.01.2025) "Eleições Gerais 2024: Relatório Final da UE Reitera Irregularidades e Deixa Recomendações Para o Futuro", *In: Diário Económico*, disponível em: https://www.diarioeconomico.co.mz/2025/01/30/economia/desenvolvimento/eleicoes-gerais-2024-relatorio-final-da-ue-reitera-irregularidades-e-deixa-recomendacoes-para-o-futuro/, acesso a 09.04.2025.
- CHIÚRE, Rita (2020) *Política de Reeducação das Prostitutas da Cidade de Maputo, 1974 – 1988*. Monografia para obtenção do grau de Licenciatura, UEM – Faculdade de Letras e Ciências Sociais.
- DA SILVA, Romeu & LOUREIRO, Raquel (18.03.2023) "Moçambique: Polícia reprime marchas de homenagem a Azagaia", *in: DW*, disponível em: https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-pol%C3%ADcia-reprime-marchas-em-homenagem-a-azagaia/a-65034912, acesso a 25.02.2026.
- DECIDE (2025) *Relatório preliminar do contexto pós-eleitoral em Moçambique, 21 de Outubro de 2024 - 31 de Março de 2025*, disponível em: https://pdecide.org/blog/relatorio-de-5-meses-de-manifestaces-em-mocambique-21-de-outubro-a-31-de-marco, acesso a 20.02.2026.
- DHADA, Mustafah (2016) *O Massacre Português de Wiriamu: Mocambique 1972.* Lisboa: Tinta-de-China.

- DIAS, Ricardo (20.02.2025) "Venâncio Mondlane Denuncia 40 Casos de Execuções Extrajudiciais de Seus Apoiantes" *in: The Mozambique Times*, disponível em: https://moztimes.com/venancio-mondlane-denuncia-40-casos-de-execucoes-extrajudiciais-de-seus-apoiantes/, acesso a 02.03.2026.
- DN/LUSA (04.01.2025) "Mais de 40% das infraestruturas da polícia destruídas nas manifestações em Moçambique", *in: Diário de Notícias*, disponível em: https://www.dn.pt/internacional/mais-de-40-das-infraestruturas-da-pol%C3%ADcia-destru%C3%ADdas-nas-manifesta%C3%A7%C3%B5es-em-mo%C3%A7ambique, acesso a 20.02.2026.
- DN/LUSA (30.04.2025) "Pelo menos 22 membros das forças moçambicanas de defesa mortos durante manifestações", *in: RTP*, disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/pelo-menos-22-membros-das-forcas-mocambicanas-de-defesa-mortos-durante-manifestacoes_n1651449, acesso a 23.02.2026.
- DW (13.01.2025) "Invasão de terrenos em Nampula: fenómeno já se alastrou a 12 bairros da cidade", *in: Carta de Moçambique*, disponível em https://cartamz.com/sociedade/375/invasao-de-terrenos-em-nampula-fenomeno-ja-se-alastrou-a-12-bairros-da-cidade/ , acesso a 02.03.2026.
- DW (26.12.2024) "Ataque em Namapa provoca mortes e caos em Nampula", disponível em: https://www.dw.com/pt-002/ataque-em-namapa-provoca-mortes-e-caos-em-nampula/a-71165717, acesso a 20.02.2026.
- DW (30.12.2024) *Moçambique: 500 empresas vandalizadas e 12 mil desempregados*, disponível em: https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-500-empresas-vandalizadas-e-12-mil-pessoas-desempregadas/a-71186903, acesso a 20.02.2026.
- DW (30.12.2024) *Um polícia e seis guerrilheiros tradicionais mortos em confronto em Moçambique*, disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/um-policia-e-seis-guerrilheiros-tradicionais-mortos-em-confronto-em-mocambique_n1706903, acesso a 20.02.2026.
- ESQUERDA (29.10.2023) *Resultados de eleições "fraudulentas" mergulharam Moçambique em cenário de guerra urbana*, disponível em: https://www.esquerda.net/artigo/resultados-de-eleicoes-fraudulentas-mergulharam-mocambique-em-cenario-de-guerra-urbana/88224, acesso a 18.02.2026.
- FEIJÓ, João & CHIÚRE, Rita (2025a) "Afinal foi só Maputo? A geografia do protesto pós-eleitoral" in: Destaque Rural, 324, disponível em: https://omrmz.org/destaque_rural/dr-324-afinal-foi-so-maputo-a-geografia-do-protesto-pos-eleitoral/, acesso a 02.03.2026.
- FEIJÓ, João & CHIÚRE, Rita (2025b) "Um vasto repertório de protestos – A etnografia das manifestações pós-eleitorais" in: Destaque Rural, 329, disponível em: https://omrmz.org/destaque_rural/dr-329-um-vasto-repertorio-de-protestos-a-etnografia-das-manifestacoes-pos-eleitorais/, acesso a 29.04.2026.

- FEIJÓ, João (2016) "Investimentos, assimetrias e movimentos de protesto na província de Tete" in Observador Rural, nº 44. Maputo: Observatório do Meio Rural.
- FEIJÓ, João (2019) "Introdução: (des)continuidades conflituais em Moçambique" in João Feijó (Org.) *Tensões e Conflitos Sociais no Campo*. Maputo: Escolar Editora, pp. 1-57.
- FEIJÓ, João (2021) "The Role of Women in Conflict in Cabo Delgado: Understanding Vicious Cycles of Violence" in Observador Rural, 114, pp. 1-34.
- FEIJÓ, João e Maquenzi, Jerry (2019) "Indemnizações em Namanhumbir: resolver conflitos com mais conflitos" in Destaque Rural, 72, disponível em https://omrmz.org/destaque_rural/dr-72-indemnizacoes-em-namanhumbir-indemnities-in-namanhumbir/, acesso a 07.05.2026.
- HEDGES, David (Coord) (1993) [1999], *História de Moçambique*, *Volume 2: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*, Maputo, Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane.
- HONWANA, Alcinda (2013). *O Tempo da Juventude: emprego, política e mudanças sociais em África*. Maputo: Kapicua.
- HUMAN RIGHTS WATCH (04.12.2018) "Moçambique: Suspeitos de insurgência abusados por forças de segurança", disponível em https://www.hrw.org/pt/news/2018/12/04/324763, acesso a 01.03.2021.
- HUMAN RIGHTS WATCH (2018) 'O próximo a morrer': Abusos das Forças de Defesa e Segurança do Estado, e da Renamo em Moçambique. Maputo: Human Rights Watch, disponível em https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/mozambique0118port_report_web.pdf
- IBRAHIM, M., e Adam, A. (2020). "State Security, Police Brutality, and Citizen Revolt in Nigeria" in *Journal of African Elections*, 19(2), 45-67.
- IGLÉSIAS, Olga (2021) "Histórias de Vida e de Sofrimento na Colónia de Moçambique (1954-1974)" *Revista Síntese – Volume IX, nº 18 - Ano 2021 – I Semestre - Universidade Pedagógica de Maputo.*
- ISAACMAN, Allen (1980) "Cotton is the Mother of Poverty: Peasant Resistance to Forced Cotton Production in Mozambique, 1938-1961" in *International Journal of African Historical Studies*, 13, pp 581-615.
- ISRAEL, Paolo (2017) "Mueda Massacre: The Musical Archive" in *Journal of Southern African Studies*, 43 (6, Novembro de 2017, 1157-1179.
- LUSA (16.05.2025) Venâncio queixa-se à PGR de "investidas" contra apoiantes após apelo à paz em Moçambique, disponivel em: https://jornaloguardiao.com/2025/05/16/venancio-queixa-se-a-pgr-de-investidas-contra-apoiantes-apos-apelo-a-paz-em-mocambique/, acesso a 29.04.2026.

- LUSA (21.01.205) "Venâncio Mondlane quer povo moçambicano como "tribunal" a emitir "sentenças" contra polícias", *in: Correio da manhã Canadá*, disponível em: https://www.correiodamanhacanada.com/venancio-mondlane-quer-povo-mocambicano-como-tribunal-a-emitir-sentencas-contra-policias/, acesso a 23.02.2025.
- MACALANE, Geraldo e JAFAR, Jafar (2021) Ataques terroristas em Cabo Delgado (2017-2020): as causas do fenómeno pela boca da população de Mocímboa da Praia. Pemba. Universidade Rovuma.
- MACHAVA, Benedito (2019) "Reeducation Camps, Austerity, and the carceral regime in Socialist Mozambique (1974–79)" in *The Journal of African History*, 60 (3), 429-455.
- MACHAVA, Benedito (2024) *The Morality of Revolution: Reeducation Camps and the Politics of Punishment in Socialist Mozambique, 1968–1990*. Ohio: University Press.
- MACQUEEN, Norrie (1997), *The decolonization of portuguese Africa - Metropolitan Revolution and the Dissolution of Empire*, London and New York, Longman.
- MANDAMULE, Uacitissa & VILANCULO, Atal (2025) " "Quem somos nós, para sermos legais?" Tensão e manifestações pós-eleitorais e ocupações ilegais de terras na cidade e província de Maputo", *in: Destaque Rural*, 330, disponível em: https://omrmz.org/destaque_rural/dr-330-quem-somos-nos-para-sermos-legais-tensao-e-manifestacoes-pos-eleitorais-e-ocupacoes-ilegais-de-terras-na-cidade-e-provincia-de-maputo/, acesso a 29.04.2026.
- MAPOTE, William (01.11.2023) "Mais de 200 detidos em 130 manifestações pós-eleitorais em Moçambique", *In: VOA*, disponível em: https://www.voaportugues.com/a/mais-de-200-detidos-em-130-manifesta%C3%A7%C3%B5es-p%C3%B3s-eleitorais-emmo%C3%A7ambique/7337555.html, acesso a: 18.02.2026.
- MÁRIO, Vieira (2025) "A imprensa moçambicana na trajectória de eleições de alto risco" In: *Moçambique: Visão de alguns intelectuais moçambicanos sobre a violência pós-eleitoral,* Codesria Bulletin, No. 2, pp.21-24.
- MARTENS, J.; VERDAASDONK, A.; VAN RIJEN, J.; VAN KAMPEN, A; and TIELEMANS, J. (1974) "Diary of Inhaminga" in *A Journal of Opinion*, 4 (2), pp. 62-73
- MATEUS, Dalila (2004), *A PIDE/DGS na guerra colonial (1961-1974),* Lisboa, Terramar.
- MAVUNGU, M. (2013) "Stay in power whatever it takes - fraud and repression in the 2011 elections in the Democratic Republic of Congo" in *Journal of African Elections*, 12 (3), pp. 25-50.
- MMO (19.03.2025) *Disputa por terras em Matutuine gera confrontos e protestos*, disponível em: https://noticias.mmo.co.mz/2025/03/disputa-por-terras-em-matutuine-gera-confrontos-e-protestos.html , acesso a 02.03.2026.
- MZ NEWS (11.10.2024) *Presidenciais 2024: Venâncio Mondlane adianta-se na declaração de vitória com "maioria esmagadora"*, disponível em:

https://mznews.co.mz/presidenciais-2024-venancio-mondlane-adianta-se-na-declaracao-de-vitoria-com-maioria-esmagadora/, acesso a 10.04.202.

- NAÇÕES UNIDAS (2022) *Guia sobre armas menos letais em operações de segurança pública*. New York Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.
- NACUO, Pedro (2001) *Caso Montepuez - Grande Reportagem*. Maputo: Publicações Notícias
- NASCIMENTO, Bendido (26.12.2024) "Contradições sobre a fuga ou não de reclusos: Bernardino Rafael culpa manifestantes, Helena Kida desmente", *in: Integrity*, disponivel em: https://integritymagazine.co.mz/arquivos/36328, acesso a 25.04.2026.
- NCOMO, Barnabé Lucas (2003), *Uria Simango. Um homem, uma causa*, Maputo, Edições Novafrica.
- NEWITT, Malyn (1995), *História de Moçambique*, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- OSÓRIO, Conceição e CRUZ e SILVA, Teresa (2018) *Silenciando a discriminação. Conflitos entre fontes de poder e os direitos humanos das mulheres em Pemba*. Maputo: WLSA.
- PENVENNE, Jeanne (1993), *Trabalhadores de Lourenço Marques (1870-1974)*, Colecção Estudos, n.º 9, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique.
- PERRY, Alex (2026) *Blood Will Flow: The Murderous Business of Oil and Gas*. UK: Ithaka Press Limited
- PINTO DE SÁ, José (25.06.1995) "Os campos da vergonha. A história inédita dos 'centros de reeducação' em Moçambique" in *Público Magazine*, *277*, pp. 18-34.
- QUEMBO, Carlos (2012). "O poder do poder: Operação Produção (1983) e a produção dos 'improdutivos' urbanos no Moçambique pós-colonial", In *Cadernos de História de Moçambique*, 1, pp. 65-81
- RÁDIO MOÇAMBIQUE (08.01.2025) *Matola Mapeia terrenos usurpados*, disponível em: https://www.rm.co.mz/matola-mapeia-terrenos-usurpados/ , acesso a 26.03.2026.
- RÁDIO MOÇAMBIQUE (27.12.2024) *77 viaturas da Saúde destruídas ou vandalizadas nas manifestações pós eleitorais no país*, disponível em: https://www.rm.co.mz/77-viaturas-da-saude-destruidas-ou-vandalizadas-nas-manifestacoes-pos-eleitorais-no-pais/, acesso a 20.02.2026.
- REDAÇÃO (07.01.2025) "População invade e parcela terrenos de Manuel Chang em Marracuene", *in: Jornal ao Minuto*, disponível em: https://www.jornalaominuto.com/2025/01/populacao-invade-e-parcela-terrenos-de.html, acesso a 26.03.2026.
- REDAÇÃO (16.10.2024) "PRM trava marcha de simpatizantes de Venâncio Mondlane em Nampula", *In: AIM*, disponível em: https://aimnews.org/2024/10/16/prm-trava-

marcha-de-simpatizantes-de-venancio-mondlane-em-nampula/, acesso a 20.02.2026.

- REDAÇÃO (17.10.2024) "Depois de Nampula Venâncio Mondlane chega a Beira e Gera o Caos Político-Social" *in: Camaramen*, disponível em: https://camaramen.co.mz/8716/depois-de-nampula-venancio-mondlane-chega-a-beira-e-gera-o-caos-politico-social/, acesso a 10.04.2026.
- REDAÇÃO (18.01.2026) "Venâncio Mondlane Clama por "Lei do Talião" e Propõe Reformas Radicais em Moçambique", *in: Jornal ao Minuto*, disponível em: https://www.jornalaominuto.com/2025/01/venancio-mondlane-clama-por-lei-do.html.
- REDACÇÃO (02.08.2018) "Unidade de Intervenção Rápida mata e fere manifestantes numa comunidade da Zambézia" in *Verdade*, disponível em https://verdade.co.mz/unidade-de-intervencao-rapida-mata-e-fere-manifestantes-numa-comunidade-da-zambezia/, acesso a 07.05.2026.
- RITA-FERREIRA, António (1988), "Moçambique post-25 de Abril: causas do êxodo da população de origem europeia e asiática", in *Moçambique, Cultura e História de um país – actas da V semana de Cultura Africana*, Coimbra, Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, pp. 121-169.
- SANTOS, Ana Margarida Sousa (2001) *History Memory and Violence: Changing Patterns of Group Relationship in Mocímboa da Praia, Mozambique*. Thesis presented for the degree of Doctor of Philosophy in Social Anthropology. Oxford: Oxford University.
- SERRA, Carlos (1997) *Combates pela mentalidade sociológica*. Maputo: Imprensa Universitária.
- THOMAZ, Omar (2008) "Escravos sem dono: A experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista" in *Revista de Antropologia*, vol. 51 (1), pp. 177–214.
- TRINDADE, João Carlos (2003) "Rupturas e Continuidades nos Processos Políticos e Jurídicos" in Boaventura Sousa Santos e João Carlos Trindade (Org). *Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiça em Moçambique*. Volume I. Porto: Edições Afrontamento, pp. 97-127.
- VINES, Alex (1991). *RENAMO: Terrorism in Mozambique*. Centre for Southern African Studies, University of York.
- ZAMPARONI, Valdemir (2004) "Da escravatura ao trabalho forçado: teorias e práticas" *in: Africana Studia*, N° 7, Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 299-325.

Patrocinadores:

Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar
Maputo – Moçambique
www.omrmz.org